



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1  
jan-jun.2023  
p. 41-59

# Rodas de cura e cuidado com mulheres negras rurais e quilombolas: extensão e diálogo de saberes

*(Circles of cure and care with rural black women and quilombolas: extension and dialogue of knowledges)*

*(Círculos de cura y cuidado con mujeres negras rurales y quilombolas: extensión y diálogo de saberes)*

Maria Beatriz Barreto do Carmo<sup>1</sup>

Bianca Rückert<sup>2</sup>

Thais Rodrigues Penaforte<sup>3</sup>

Larissa Santos da Silva Marques<sup>4</sup>

Ana Catharina de Freitas Rocha<sup>5</sup>

**RESUMO:** neste relato de experiência de uma atividade extensionista, os saberes tradicionais e populares são majoritariamente produzidos por mulheres negras em sua diversidade de comunidades de origem. Essa pluralidade se reflete nas práticas de cura e cuidado voltadas ao manejo dos processos de saúde e doença, através de recursos como plantas medicinais, rezas, benzimentos, bem como dos ofícios das erveiras, parteiras e raizeiras. A fim de estabelecer pontes e conexões entre os diferentes modos de produção e socialização de cuidados em saúde, 37 mulheres de comunidades negras rurais e quilombolas, dos estados da Bahia e de Sergipe, foram convidadas a participar da ação “Saberes tradicionais e populares de cura e cuidado”. Desenvolvida a partir de cinco eixos temáticos, essa atividade buscou promover espaços de aprendizagens mediadas pela copresença dos saberes populares, tradicionais e aqueles produzidos pela Universidade. Como resultados, além do fortalecimento de vínculos, socialização e visibilidade aos saberes de cura e cuidado dessas mulheres, foi produzido o caderno “Cura e cuidado: do feminino ancestral ao saber popular”, que resgata os principais temas trabalhados no curso. Considerando que tais saberes estão diretamente vinculados à autonomia das mulheres e de suas comunidades, destacamos a necessidade de as graduações da área da saúde nas universidades públicas brasileiras promoverem espaços de interlocução ontológica e epistêmica que revelem a diversidade e multiplicidade de perspectivas sobre a saúde, a doença e o cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** saberes tradicionais; saberes populares; saúde; extensão universitária.

**Abstract:** in this experience report of a Brazilian extensionist activity, traditional and popular knowledge is majorly produced by Black women in their diversity of communities of origin. This plurality is reflected in cure and care practices to deal with health and disease processes, through resources such as medicinal plants, prayers, blessings, as well as the crafts of herbalists, midwives and healers. And in order to establish bridges and connections between the different modes of production and socialization of health care, 37 women from rural black communities and quilombolas, from the Brazilian states of Bahia and Sergipe, were invited to participate in the action called “Circles of cure and care”. Developed from five thematic axes, this activity sought to promote learning spaces mediated by the copresence of popular, traditional knowledge and the knowledges that produced by the University. As a result, beyond the strengthening of bonds, socialization, and visibility towards their ancestral knowledge of cure and care, it was produced a notebook called “Cure and Care: from the ancestral female to the popular knowledge,” that brought back the main topics discussed in the extension activity. Considering that those knowledges are directly vinculated to the autonomy of

1 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - Universidade Federal da Bahia.

mariabeatrizbc@gmail.com

2 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - Universidade Federal da Bahia.

biaruckert@yahoo.com.br

3 Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia. thaisrpenaforte@gmail.com

4 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - Universidade Federal da Bahia.

lary.marques2@hotmail.com

5 Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. anacatharinafr@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 31/01/2023

Aceito em 18/04/2023

women and their communities, we highlight the need for the undergraduate's majors in the area of health in the Brazilian public universities to promote spaces for ontological and epistemic dialogue that reveal the diversity and multiplicity of perspectives on health, disease and care.

**Keywords:** traditional knowledge; popular knowledge; health; university extension.

**Resumen:** en este relato de experiencia de una actividad de extensión, los saberes tradicionales y populares son mayoritariamente producidos por mujeres negras en su diversidad de comunidades de origen. Esta pluralidad se refleja en prácticas de cura y cuidado para enfrentar los procesos de salud y enfermedad, a través de recursos como plantas medicinales, oraciones, bendiciones, así como el oficio de herbolarios, parteros y curanderos. Y con el fin de establecer puentes y conexiones entre los diferentes modos de producción y socialización del cuidado de la salud, 37 mujeres de comunidades negras rurales y quilombolas fueron invitadas a participar de la acción “Círculos de cura y cuidado”. Desarrollada a partir de cinco ejes temáticos, esta actividad buscó promover espacios de aprendizaje mediados por la co-presencia de los saberes populares, tradicionales y los producidos por la Universidad. Como resultado, además de estrechar lazos, socializar y visibilizar los saberes de cura y cuidado de estas mujeres, se elaboró el cuaderno “Cura y cuidado: de lo ancestral femenino al saber popular”, que rescata los principales temas trabajados en el curso. Considerando que tales conocimientos están directamente vinculados a la autonomía de las mujeres y sus comunidades, destacamos la necesidad de graduaciones en el área de la salud en las universidades públicas brasileñas para promover espacios de diálogo ontológico y epistémico que revelen la diversidad y multiplicidad de perspectivas sobre la salud, la enfermedad y el cuidado.

**Palabras clave:** conocimiento tradicional; conocimiento popular; salud; extensión universitaria.

## 1 Introdução

“Companheira me ajude que eu não posso andar só.  
Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.”<sup>6</sup>

Os saberes tradicionais e também os populares, diretamente relacionados à sobrevivência e coesão social de coletivos humanos ao longo da história, têm as suas práticas produzidas e reproduzidas, no contexto brasileiro, majoritariamente por mulheres negras. Em particular no Nordeste do país, as comunidades negras rurais e quilombolas apresentam um manancial de saberes intimamente ligados aos modos de vida e enraizados na tradição oral e nos recursos disponíveis nos territórios, assim como na interlocução com a cultura popular.

O universo dos saberes tradicionais abarca uma miríade de povos e cosmologias, cuja variedade na produção e os modos de saber revelam não apenas uma pluralidade conceitual, mas, sobretudo, a diversidade de relações e constituições do próprio real. Portanto, se partimos da referência de uma “geografia do conhecimento” (BURKE, 2003) é importante distinguir a realidade que orienta o pensamento, situando espaço, lugar e conhecimento. Nesse sentido, os territórios revelam tanto relações significativas com os modos de vida dos sujeitos, quanto operam matrizes de racionalidades.

O atributo “tradicional”, que qualifica essas populações, reflete “tempos e modos de vida próprios” (SACRAMENTO, 2019, p. 35), bem como a sua reprodução histórica e cultural (ARRUDA, DIEGUES, 2001). Esta reprodução, por sua vez, se dá pela legitimação de pensamentos e linguagens, cujos significados são formulados, atribuídos e transmitidos pelos membros das comunidades, sem, no entanto, perscrutar por unidades ou homogeneidades. Ao contrário, os saberes tradicionais são muito mais flexíveis e capazes de acolher com maior tolerabilidade ceticismos e explicações divergentes. E tal qual o conhecimento científico, também se firmam como um modo

<sup>6</sup> Música cantada por uma das participantes do curso, em um dos momentos de encerramento dos encontros.



próprio de entender e agir sobre o mundo, de forma aberta e em constante movimento (CUNHA, 2009).

Os saberes populares de saúde, por sua vez, devem ser compreendidos a partir dos aspectos da cultura popular e, nesse sentido, abarcam um espectro mais amplo de grupos populacionais, significados e modos de produção e socialização, se comparados aos saberes tradicionais. Nessa perspectiva, Oliveira e Moraes (2010) reconhecem que as práticas populares de saúde podem ser definidas como práticas não biomédicas, trazendo implicações sobre a concepção de cuidado, a função da terapêutica e a validade do conhecimento (assim como os saberes tradicionais, os saberes populares também não se reivindicam universalizantes). Vale aqui também mencionar a definição de práticas populares, conforme o texto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde. De acordo com este documento, as práticas populares de saúde são produzidas a partir do encontro entre diversos sujeitos, com base nas suas heranças culturais, experiências e condições de vida e desenvolvem-se em múltiplos espaços, desde o âmbito familiar, comunitário ou, mesmo, institucional. Tais saberes expressam uma visão mais holística e integradora do ser humano e contribuem, de forma substancial, no impulso à autonomia dos sujeitos, como autores de “seus projetos de saúde e modos de andar a vida” (BRASIL, 2012, p. 11).

Em se tratando das populações do campo, da floresta e das águas, sejam elas quilombolas, ribeirinhas, de pesca artesanal, comunidades de agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, entre outras, é fundamental levarmos em conta a diversidade das dinâmicas próprias a estes territórios. Esta diversidade reflete-se diretamente nas práticas de cura e cuidado voltadas ao manejo dos processos de adoecimento e ao fortalecimento da saúde, através dos usos de recursos como plantas medicinais, rezas, benzimentos, bem como dos ofícios das erveiras, parteiras e raizeiras, entre outras práticas (BRASIL, 2012; SILVA, 2020). Quer seja no âmbito das práticas populares ou no âmbito das práticas tradicionais, o uso das plantas medicinais por mulheres de comunidades negras rurais apresenta uma perspectiva não só curativa, mas também preventiva (FERNANDES *et al.*, 2018). Essas práticas são favorecidas pela facilidade de cultivo de ervas medicinais nas áreas rurais e nos quintais, mas também pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde institucionalizados (SILVEIRA *et al.*, 2015). Contudo, o ato em si de tomar o chá ou tratar-se com determinadas ervas está para além de um uso instrumental, visto que apresenta-se como um meio para acessar sensibilidades do cuidar do corpo em consonância com o território e suas histórias (SANTOS *et al.*, 2022). No âmbito da espiritualidade, o uso de plantas medicinais revela-se como uma estratégia atrelada à ancestralidade para a cura, a exemplo do uso de benzimentos e outras crenças religiosas (DURAND; HEIDEMAN, 2019).



Esses saberes e fazeres transmitidos pelas ancestrais (avós, mães ou membros com mais idade da família e/ou comunidade), por meio da oralidade, são acolhidos pelas mulheres em seu autocuidado e cuidado com a comunidade (RIBEIRO *et al.*, 2020), a exemplo das parteiras (PRATES *et al.*, 2019), de práticas como banhos de assento e outros cuidados no pós-parto, bem como aqueles voltados a algumas patologias ginecológicas, garantindo êxito no resgate da saúde feminina (RIBEIRO *et al.*, 2020). Assim, com frequência, a responsabilidade do cuidado individual e coletivo continua sendo associada ao papel multifacetado das matriarcas e mulheres em geral (SILVA *et al.*, 2020). Por outro lado, as mulheres de comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos, cujas cultura e identidade definem-se histórica e politicamente com relação às suas origens diaspóricas (EITERER; FERREIRA; MIRANDA, 2020), lutam não apenas para alcançar conquistas individuais, mas para empoderar as suas coletividades. Nesse processo, autoafirmam-se e trilham caminhos de superação a partir das condições impostas pela dominação e opressão interseccional de gênero e raça-etnia (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020).

Para Gonzales (1984) e, mais recentemente, Gomes (2018), é preciso aprofundar a reflexão acadêmica acerca da intersecção gênero e raça-etnia na produção de conhecimentos, em vez de continuarmos reproduzindo modelos de estudo até então oferecidos. É preciso ultrapassar os lugares e estabilizações que o “gênero produz” para se abrir a novas percepções e produções acadêmicas. Nesse sentido, Gomes (2018) reconhece que uma análise decolonial pressupõe pensar gênero (e raça) como ação e (re)produção recíproca. Mais do que investigar interseccionalidades e como essas categorias de opressão funcionam, é preciso destacar como essas categorias trabalham juntas, atuando em redes e sendo ao mesmo tempo causa e efeito da/na criação de conceitos. Em seguida, é preciso refletir que, se nos caminhos da ciência ocidental, as primeiras aberturas às mulheres ainda não incluíam as mulheres negras, ao destacarmos as quilombolas observamos que esse espaço jamais se abriu verdadeiramente. Para Gonzales (1984) a destituição da fala e da propriedade intelectual é estratégia da lógica da dominação que busca, dentre outras perversidades, apagar as qualidades e inventividade do povo negro. E entre as mulheres, a apropriação do seu conhecimento inclui também processos de estereotipação e infantilização (no sentido de *infans*, ou que não tem fala própria), gerando novas interdições à circulação dos saberes tradicionais e populares no espaço da universidade, por exemplo.

Neste ponto em particular, consideramos que a universidade pública deve exercer papel de centralidade na criação de estratégias e recursos pedagógicos para o favorecimento do diálogo horizontal de saberes. Para adentrarmos em maior profundidade neste tópico, faz-se necessário, inicialmente, contextualizar a universidade ocidental/ocidentalizada na relação com os saberes



não universitários e/ou científicos. Assim, no que se refere ao diálogo da universidade com os saberes nascidos de racionalidades distintas daquela que dá sustentação à ciência moderna, faz-se relevante notar que é justamente no território epistemológico que o legado do colonialismo representa uma de suas ocupações mais longevas e, até o momento, mais bem-sucedidas.

Ao validar a racionalidade moderna instrumental como o único conhecimento legítimo, tal legado delinea uma geopolítica do conhecimento que subjuga a miríade de cosmologias e modos de ver, pensar, sentir e agir na realidade, limitando enormemente a diversidade epistêmica e o encontro com saberes outros (WALSH, 2014; WALSH *et al.*, 2018). Esta faceta do legado do colonialismo é nomeada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) de colonialidade do saber e revela-se na dominação epistêmica, ou seja, no modo como as relações de poder, estruturadas na modernidade ocidental, produzem um sistemático silenciamento, ao tempo em que descredenciam a história e a cultura dos povos colonizados.

Desse modo, os saberes e fazeres assentados nas culturas de tradição e no conhecimento popular são tratados como consequência residual da aventura colonizadora, relegados à subalternidade e marcados pelo status da não verdade na relação com a racionalidade moderna instrumental e, conseqüentemente, com a universidade. Segundo Meneses (2013), o fato de o simples questionamento acerca da possibilidade de diálogo entre distintos saberes ter sido minimizado ou sequer aventado nos últimos quatro séculos, ao menos coloca em evidência a colonização epistêmica como o aspecto mais difícil e desafiador de ser desvelado e, conseqüentemente, superado.

Portanto, podemos argumentar que a universidade encontra-se assentada num regime de verdade que excluiu, sob a justificativa da obediência aos pilares da objetividade, universalidade e neutralidade, uma diversidade infinda de práticas de tradição e tecnologias sociais relacionadas a diversos aspectos da existência, e em especial do cuidado à saúde. O sociólogo venezuelano Edgardo Lander, um dos principais expoentes do pensamento decolonial latino-americano, reflete sobre como a universidade na América Latina guarda uma profunda relação com a colonialidade do saber. Ele nos aponta a necessidade de estarmos alertas para o sentido de nossas atividades como produtores de conhecimento, no contexto da universidade, lançando algumas perguntas fundamentais: para quem e para que se destina o conhecimento que produzimos? Que tipo de valores e caminhos para o futuro esses conhecimentos dão suporte ou eliminam? Ou seja, o conhecimento produzido na universidade pode dar subsídio a projetos de felicidade e justiça das nossas sociedades ou, ao contrário, miná-los (LANDER, 2005)?

Postas tais reflexões iniciais, compreendemos que a extensão universitária pode se constituir num eixo privilegiado de ações para o exercício do diálogo horizontalizado entre os



conhecimentos produzidos na universidade e fora dela, ou seja, entre os saberes acadêmico-científicos e os saberes populares e tradicionais de saúde, cura e cuidado, para o reconhecimento de sua relevância social e legitimidade voltada ao bem-viver dessas populações. Dizemos que a extensão “pode” se constituir como esse eixo privilegiado, pois compreendemos os distintos usos da noção de extensão universitária, conforme já problematizado por Paulo Freire (1992), para quem a palavra extensão denota, por si, a ideia de “transmissão, entrega e doação” (p. 13), tendo como destinatário um sujeito passivo, receptor e não produtor de conhecimentos, constituindo, assim, uma relação antidialógica. Outrossim, consideramos importante destacar que a presente perspectiva de extensão universitária, a ser apresentada a seguir, está assentada nas reflexões e propostas de Freire (1992) em diálogo com o pensamento crítico de Catherine Walsh (2014) acerca da necessidade de repensarmos os modos de fazer universitários a partir do encontro com saberes outros, mirando uma pluricultura do conhecimento, sendo o saber científico-acadêmico um deles.

Neste panorama teórico-reflexivo situa-se a experiência de extensão universitária intitulada Saberes Tradicionais e Populares de Cura e Cuidado<sup>7</sup>, que se constituiu numa ação de educação popular em saúde com mulheres negras rurais dos estados da Bahia e de Sergipe e teve como objetivos fortalecer vínculos, socializar e dar visibilidade aos saberes de cura e cuidado dessas mulheres. A experiência, conduzida por professoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde do Ihaç e da Faculdade de Farmácia, bem como por graduandas da UFBA, consistiu na realização de um curso no formato on-line, em parceria com a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3<sup>8</sup>.

Neste artigo, apresentamos o relato dessa atividade extensionista e as principais reflexões que emergiram dessa experiência, discutindo-as à luz dos estudos decoloniais, do princípio da dialogicidade de Paulo Freire e dos estudos feministas interseccionais. Por fim, apresentamos os resultados dessa atividade como potenciais para o diálogo intepistêmico na universidade pública, em especial no âmbito dos cursos de graduação em saúde.

## 2 Relato da experiência de extensão universitária

Em função das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, realizamos o curso “Saberes Tradicionais e Populares de Cura e Cuidado” no formato on-line, por meio de

7 Este projeto de extensão contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, por meio do edital Paex Doc Tessituras 2021.

8 A Cáritas Brasileira é um organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desenvolve ações junto a comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, geraizeiras e agricultoras familiares, com enfoque na economia popular solidária, nas tecnologias populares de convivência com o semiárido, na gestão integral de riscos, no empoderamento das mulheres a partir de suas ancestralidades, identidades étnicas e de gênero, e no fortalecimento identitário das juventudes com o território.



uma plataforma de videoconferência, durante os meses de setembro a novembro de 2021. O curso apresentou carga horária total de dez horas, distribuídas em cinco encontros quinzenais, com duração média de duas horas cada encontro e participação, ao todo, de 37 mulheres. A organização e condição do curso contou com o envolvimento de mulheres integrantes da UFBA e da Rede Cáritas Regional Nordeste 3, que se reuniram periodicamente durante o segundo semestre de 2021, para planejamento e avaliação das atividades.

As participantes do curso foram mulheres oriundas de comunidades negras rurais - quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, geraizeiras e agricultoras familiares na Bahia e em Sergipe, em especial da região do semiárido, além de agentes pastorais Cáritas. Nessas comunidades, a Cáritas NE3 desenvolve ações com enfoque na economia popular solidária, nas tecnologias populares de convivência com o semiárido, na gestão integral de riscos, no empoderamento das mulheres a partir de suas ancestralidades, identidades étnicas e de gênero e no fortalecimento identitário das juventudes com o território.

Para a divulgação do curso e inscrição das participantes, a equipe produziu um card de divulgação e um questionário para coletar, entre outras informações, experiências sobre a temática e expectativas para o curso. Foi também criado um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas, o qual foi usado como espaço de apresentação das participantes, divulgação e mobilização para os encontros on-line e socialização de saberes. Para a participação das mulheres, anteriormente a cada encontro on-line foi realizada a compra de pacotes de dados de operadoras de telefone e internet, por meio de apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA.

Os encontros foram planejados de forma a contemplar um momento inicial de mística<sup>9</sup>, seguido de vivências e dinâmicas, roda de conversa e socialização de saberes e encerramento, contando também com a participação de convidadas externas às comunidades. O primeiro encontro teve como objetivos: apresentação do grupo, integração e levantamento de expectativas de formação, além de mapeamento de mestras de saberes de cura e cuidado. A partir do questionário inicial e das impressões do primeiro encontro, foram definidos os temas dos encontros dois, três e quatro, respectivamente: “Saúde íntima feminina”; “Cuidando das dores do corpo” e “Cuidando da mente e da espiritualidade”. No quinto e último encontro, realizou-se um fechamento da experiência a partir de uma roda de Terapia Comunitária Integrativa<sup>10</sup>. Para cada encontro, as participantes se voluntariaram a contribuir na mística de abertura ou compartilhar as suas histórias, experiências e

9 Mística é um termo adotado por um conjunto de movimentos sociais para se referir ao momento inicial de encontros, cursos seminários etc., no qual são trabalhadas, a partir de múltiplas linguagens e recursos, as simbologias que inspiram e fortalecem o engajamento das pessoas nas diversas causas dos movimentos sociais.

10 Recurso terapêutico que compõe a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).



saberes na roda de conversa, de acordo com o tema específico de cada encontro.

No primeiro encontro, ao som de “Embarca morena embarca, molha o pé, mas não molha a meia, viemos de [região de origem das participantes] fazer barulho na terra alheia”<sup>11</sup>, as participantes se apresentaram por região. Em grupos menores, a partir da divisão em salas de videoconferência, foi realizada a dinâmica “Onde moram os sentimentos?”, inspirada na proposta de Weitzeiman (2008). Nesta, iniciamos um relaxamento com visualização guiada, para que as participantes identificassem em seus corpos os pontos de dor, incômodo ou desconforto que as acometiam naquele momento específico ou mesmo sintomas recorrentes. Em seguida, as participantes foram convidadas a desenhar o seu corpo em uma folha de papel, localizando dores, tensões e problemas de saúde visualizados, bem como práticas de cuidado do dia a dia. Cada grupo contou com uma relatora, que produziu um desenho agregando o conjunto dos sintomas relatados e das receitas compartilhadas por todas as integrantes para ser apresentado no terceiro momento, com toda a turma. Com ajuda das relatoras, as mulheres compartilharam a discussão do momento anterior, disparando o diálogo em torno das experiências e dos saberes de cura e cuidado.

O segundo encontro teve como objetivos sensibilizar para a importância da solidariedade e cuidado entre as mulheres e socializar saberes de autocuidado íntimo. Essa temática foi trabalhada a partir de uma dinâmica sistêmica, que buscou conectar as participantes com mulheres fortes de suas vidas, que de alguma forma colaboraram na constituição de suas identidades, bem como identificar os saberes e as características herdadas dessas mulheres. Aqui, novamente, um momento de relaxamento e visualização guiada, seguido de discussão em grupos menores, possibilitou o compartilhamento de sentimentos, lembranças e ensinamentos rememorados na visualização. Cada grupo escolheu três palavras simbólicas que representam a força dessas mulheres em suas vidas para socializar com toda a turma. Em um segundo momento, algumas participantes previamente convidadas apresentaram seus saberes e fazeres de cuidado íntimo feminino. Em suas apresentações, algumas delas optaram pelo uso de imagens das plantas e dos remédios medicinais, como forma de melhor visualização desses conhecimentos.

No terceiro encontro, com o tema “Cuidando das dores do corpo”, realizamos uma vivência sobre corpo e memória, que articulou músicas populares e movimentos do corpo. Nesse momento, fizemos movimentos que remetiam ao trabalho de colher e macerar folhas e frutos, ao trabalho de pilar, ao corte da cana, ao ato de se banhar nas águas do rio, de jogar a rede no mar e amassar e sentir a terra. Essa vivência, que relacionou o movimento do corpo às práticas da agricultura familiar e da pesca artesanal, nos levou à percepção de que o cotidiano de trabalho das mulheres

11 Este trecho é uma adaptação da música intitulada “Festa do siriá e carimbó”, de autoria de Pinduca.





nas comunidades tradicionais é uma dança que segue o ritmo da natureza. Em seguida, na roda de conversa, algumas participantes do grupo foram previamente convidadas para socializar os conhecimentos usados para as dores em geral (muscular, articulações, dor de cabeça, traumas e machucados), bem como experiências exitosas de cura e cuidado. Este momento contou também com a apresentação de uma cuidadora externa ao grupo, com experiência em plantas medicinais e terapias naturais.

No quarto encontro, trabalhamos o tema “Cuidando da mente e da espiritualidade” a partir da contribuição de uma cuidadora externa ao grupo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Iniciamos a roda de conversa a partir do relato de experiência da cuidadora do MST, que compartilhou um pouco da sua história de vida, da sua experiência com sofrimento mental grave, dos cuidados recebidos dentro do MST e das estratégias que utiliza para cuidar de si, dos mais próximos e das famílias dos assentamentos e acampamentos. Nesse encontro, as palavras “acolhimento”, “escuta” e “cuidado” foram muito presentes e as mulheres estavam atentas e integradas. Como continuidade da roda, fizemos um momento coletivo de escalda-pés, para o qual as participantes foram orientadas a prepararem previamente a água morna, a bacia, as ervas de escolha e o sal grosso. O escalda-pés também foi acompanhado por um relaxamento a partir de uma visualização guiada e precedido pelo compartilhamento de saberes sobre as folhas usadas para banhos, considerando-se as plantas mais indicadas para cada finalidade.

Por fim, no último encontro foi realizada uma roda de Terapia Comunitária Integrativa (TCI), que foi utilizada como recurso para celebrar e emergir as falas, as escutas e as partilhas acerca das experiências vivenciadas no curso. Dessa forma, a TCI colaborou para que as mulheres se sentissem ainda mais confortáveis para falar e expressar as suas emoções neste último encontro. A condução da roda de TCI contou com diversos momentos. Ao início, realizou-se um momento de acordo sobre as regras da TCI, que compreendem, por exemplo, falar na primeira pessoa, não julgar e compartilhar sentimentos ao invés de teorias, seguido por um momento de celebração, no qual as participantes compartilharam seus motivos para celebrar. No segundo momento da roda, foi realizada uma partilha sobre as angústias que sentiam naquele instante e um compartilhamento sobre os aprendizados da experiência de extensão universitária, a partir das seguintes perguntas disparadoras: “O que não sabiam fazer antes de chegar no grupo? O que mudou com a convivência no grupo/oficinas?” Para este dia, as participantes foram convidadas a apresentar uma produção que simbolizasse a experiência de participação no curso, a partir das múltiplas linguagens como texto, desenho, artesanato, música, cordel etc. para ofertar ao grupo. Esta produção foi compartilhada no terceiro momento da roda de TCI. Por fim, o encontro foi encerrado com palavras de agradecimentos



e um vídeo produzido a partir das imagens das diversas participantes do grupo.

Ao final da experiência de extensão universitária, foi produzido o caderno “Cura e cuidado: do feminino ancestral ao saber popular”, o qual aborda saberes de saúde trabalhados no curso, como plantas medicinais, fitoterapia e geoterapia, assim como as reflexões de algumas participantes sobre a temática. Este caderno foi impresso e disponibilizado para as mulheres e demais integrantes de suas comunidades. A seguir apresentamos o Quadro 1, com uma síntese da programação dos cinco encontros do curso.

Quadro 1 - Temas, objetivos e programação de cada encontro do curso Saberes Tradicionais e Populares de Cura e Cuidado

<b>Encontro</b>	<b>Tema</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Programação</b>
1	Apresentação e acolhimento	Apresentação e colheita de expectativas para os encontros seguintes	1. Mística 2. Dinâmica de apresentação por região 3. Dinâmica em pequenos grupos: “Onde moram os sentimentos” 4. Socialização das discussões dos grupos na turma 5. Encerramento e acordos para os próximos encontros
2	Saúde íntima feminina	Sensibilizar para a importância da solidariedade do cuidado entre as mulheres; socializar saberes de autocuidado íntimo	Mística e acolhida Dinâmica em grupos: “As mulheres fortes de minha vida” Socialização das discussões dos grupos na turma Roda de conversa sobre saberes de cuidado íntimo Encerramento
3	Cuidando das dores do corpo	Sensibilizar para a importância de sentir o corpo; socializar saberes de autocuidado para dores e machucados	1. Mística e Acolhida 2. Vivência sobre corpo, memória e cultura popular 3. Roda de conversa: socialização de argiloterapia e gel medicinal, entre outras práticas 4. Encerramento: Santos e Divindades de cura



4	Cuidando da mente e da espiritualidade	Socializar experiências conhecimentos usados na saúde mental e cuidado espiritual	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mística e acolhida</li> <li>2. Roda de conversa sobre saberes de saúde mental e espiritual</li> <li>3. Momento de relaxamento com escalda-pés</li> <li>4. Encerramento e acordos para o último encontro</li> </ol>
5	Roda de Terapia Comunitária Integrativa	Socializar emoções e significados acerca da participação no curso	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acolhida</li> <li>2. Partilha: O que trago para celebrar?</li> <li>3. Partilha de emoções, significados e vivências acerca do curso e do autocuidado na pandemia</li> <li>4. Partilha das produções individuais</li> <li>5. Encerramento e agradecimentos</li> </ol>

### 3 Resultados e discussão

O curso Saberes Tradicionais e Populares de Cura e Cuidado promoveu um espaço de diálogo, compartilhamento, acolhimento e reflexão acerca da diversidade de saberes e práticas voltados ao cuidado em saúde, assentados em racionalidades e cosmologias distintas daquelas que orientam a racionalidade científica moderna. Estes saberes e práticas, por sua vez, estão diretamente vinculados à autonomia das mulheres e suas comunidades, bem como ao pertencimento aos seus territórios em toda a sua biodiversidade e resistência cultural.

Apresentamos aqui alguns dos principais resultados desta experiência extensionista para, em seguida, colocá-los em discussão. No que tange à condução das atividades, foi possível a construção de estratégias de acolhimento e escuta sobre as experiências, os saberes, as emoções e os problemas vivenciados pelas integrantes do curso, com destaque para o momento da pandemia, a participação ativa das mulheres das comunidades nos encontros e a construção de vínculo entre as integrantes da Universidade, as agentes da Rede Cáritas e as mulheres das comunidades.

Mesmo diante dos desafios de um curso no formato on-line, a partir do primeiro encontro foi possível observar uma compreensão da proposta do curso por parte das mulheres e uma elevada adesão no compartilhamento dos relatos. Ao final deste encontro, várias participantes relataram sair de lá entusiasmadas, enriquecidas, fortalecidas e motivadas, para citar alguns dos termos mais usados. Nos encontros seguintes, as mulheres já compreendiam bem o formato da atividade e como poderiam contribuir, seja na mística, seja compartilhando suas experiências e seus saberes. No quarto encontro, a vivência com escalda-pés foi um momento de muito conforto, relaxamento e disposição. Estavam todas, em teia, imersas nos processos. Por fim, no quinto encontro, foi



possível perceber um grande sentimento de gratidão, não somente por aquele encontro, mas por todo o curso que estava chegando ao fim. Parte dessa gratidão foi demonstrada pelas produções dedicadas ao grupo apresentadas na atividade: artesanatos, preparações fitoterápicas e cosméticas, desenhos, poesias, mudas de plantas, entre outras partilhas.

Como consequência do curso, os principais resultados alcançados foram: a socialização, valorização e visibilidade de práticas populares e tradicionais de cura e cuidado à saúde reconhecidas pelas comunidades; a sensibilização acerca da importância da solidariedade entre as mulheres e do resgate da ancestralidade como forma de empoderamento feminino e étnico-racial; o reconhecimento das dificuldades de acesso à assistência à saúde pelas comunidades negras rurais, com destaque para a ausência de diálogo entre os saberes científicos e os tradicionais e populares.

Ao longo dos encontros, foram muitos os saberes compartilhados com base em plantas e ervas medicinais, como usos de chás, temperos, escalda-pés, banhos de folhas, banhos de assento, tinturas, garrafadas, xaropes, cataplasmas e unguentos, além da argiloterapia. As rezas também foram assunto recorrente que despertou o interesse das participantes. Ainda que já fizessem o uso dessas preparações em suas comunidades, em alguma medida as rodas possibilitaram o aprimoramento de seus saberes e fazeres. Por diversas vezes foi solicitada a produção de um “caderno de receitas” a partir dos saberes compartilhados nos encontros<sup>12</sup>.

Em diversos momentos foram relatadas posturas de deslegitimação dos saberes tradicionais e populares por parte dos serviços de saúde, especialmente dos profissionais médicos. Na contramão dessa postura, as mulheres reconheceram o curso como um espaço de fortalecimento de suas culturas e ancestralidades. Os diálogos ocorridos ressaltaram as contribuições e a importância das mulheres de suas famílias, não só em função das práticas de saúde, mas principalmente por suas lutas pela sobrevivência e em defesa de seus territórios. Este reconhecimento não se deu sem o questionamento acerca das opressões interseccionais que atravessaram a vida delas. Nesse sentido, foi muito lembrada a importância das redes de apoio e solidariedade entre as mulheres.

Considerando-se o potencial formativo da extensão universitária, esta experiência possibilitou, ainda, a sensibilização de estudantes e docentes acerca da realidade de vida e saúde das mulheres de comunidades negras rurais e quilombolas, bem como a discussão e diferenciação entre saberes populares, tradicionais e científicos no cuidado à saúde, destacando a importância da pluralidade de saberes. Nessa perspectiva, vale mencionar a apresentação da experiência no Programa Conexões de Saberes do Ihaç Digital, sob o título “Formação em Saúde: outros olhares”,

12 A partir desta demanda, ao longo de 2022 demos início, em parceria com a Cáritas NE3, ao Projeto “Saberes e práticas de cuidado em saúde de mulheres de comunidades negras rurais e quilombolas nos estados da Bahia e Sergipe” que visa, entre outros objetivos, sistematizar saberes de cura e cuidado no formato de materiais de comunicação.



contando com a presença de uma participante das comunidades.

Assim, os resultados aqui apresentados apontam a discussão para duas direções que, no limite, se interconectam, e que destacamos da seguinte maneira. Na primeira direção, apontamos para a relevância dos espaços de encontros, diálogo e compartilhamento de vivências e experiências de autocuidado, tomando-as como estratégias privilegiadas para a criação e o aprofundamento de vínculos entre mulheres das diversas comunidades. Essa estratégia, envolvendo rodas de cura e cuidado, mostrou-se relevante para o reconhecimento da legitimidade de seus saberes, sobretudo os saberes ancestrais das mulheres, em sua maioria negras e pertencentes a comunidades rurais e/ou quilombolas, e também para a promoção da saúde, aqui compreendida num sentido amplo.

Elaborada no seio da tradição cultural afro-brasileira e da diáspora africana, a medicina tradicional quilombola tem nas mulheres a centralidade da sua rede comunicativa, em função da presença feminina nos processos de cura e cuidado. A natureza tolerante destes saberes, familiarizados a acolher explicações divergentes em espaços sociais não hegemônicos (CUNHA, 2009), demarca um tipo de cuidado que é aprendido e praticado como parte do desenvolvimento pessoal e coletivo. Nesse sentido, defender uma identidade feminina para a medicina tradicional quilombola é também uma opção decolonial, uma vez que nunca coube às mulheres a qualidade de intérpretes privilegiadas em nenhuma ciência. Dessa forma, pretendemos, no presente artigo, provocar um movimento de ocupação dos espaços da ciência dominante, perturbando-a com o vigor da oralidade tradicional. Constituindo-se enquanto ciência e teoria, os saberes tradicionais introduzem um tipo de insurreição emancipatória. A presença dessas narrativas e seus modos de enunciação, nas mesmas plataformas de difusão do conhecimento científico, resgata a originalidade e a capacidade teórica das mesmas.

Ao romper com essa invisibilidade, consideramos que gênero, raça e ciência podem mediar e constituir novas bases epistemológicas, articulando um instrumental analítico plural, capaz de conduzir a novas interpretações (HARAWAY, 1995). Nesse sentido, este trabalho coloca em destaque as mulheres, com suas falas próprias, ensinando os seus próprios saberes, rompendo com a lógica de serem ensinadas. Seguindo a referência da lógica de compartilhamento dos quilombos, de Ana Mumbuca (DA SILVA, 2019), alcançamos saberes, receitas, encontros e percepções que foram partilhados e colecionados nos momentos vivenciais e na cartilha construída, e que refletem os nossos propósitos e entrelaçamentos. Assim, para nós, mulheres universitárias, cuidadoras, docentes e estudantes de graduação, a partilha desvelou mundos de saberes distintos, por vezes em conflito com o conhecimento científico hegemônico, permitindo abertura para o diálogo franco e construtivo e para o reconhecimento dos limites da ciência moderna ocidental e também de suas



potencialidades no encontro com os saberes populares e tradicionais. A distinção entre esses últimos mostrou-se de grande relevância para uma compreensão mais profunda acerca da complexidade cultural e social que tece a trama de saberes no mundo da vida.

Como afirma Conceição Evaristo (2017), são muitos os sentidos políticos que se dirigem ao reconhecimento deste conjunto de conhecimentos. Além da afirmação de autoria, reconhecer esse corpus de cuidado torna visíveis os modos pelos quais essas mulheres produzem, rememoram e compartilham saberes e fazeres, refletindo não apenas sua condição feminina, mas também étnica e racial. Atuando como *outsiders* no campo de poder das ciências ocidentais, essas mulheres tratam a saúde e a doença a partir de um modelo teórico e prático que acomoda paradigmas tradicionais e tantas outras experiências que são compartilhadas no cotidiano. Reposicionando-se frente à ciência colonizadora, elas rompem com a distinção inferiorizante que se dirige à medicina tradicional, para reclamar sua natureza autêntica e revolucionária.

Tais conhecimentos revelam-se autênticos, pois são eles próprios *escrivência*, no sentido proposto por Conceição Evaristo (2008, 2020), como um termo que remete a um “caminho já trilhado por uma autoria negra, mulheres principalmente”, e que se baliza por conhecimentos que são coletivos, tão ancestrais quanto contemporâneos, devotados a criar universos de discurso e significados que marcam a visão e as experiências de determinado grupo (EVARISTO, 2008). A *escrivência* é revolucionária porque desafia a colonização epistêmica dos saberes que são incorpóreos, universais e neutros. O saber tradicional, por sua vez, demanda a atuação de seus praticantes e seus agentes, tanto humanos quanto não humanos. Portanto, pessoas, histórias, memórias e realidades se entrecruzam, se confrontam e se adensam, (re)criando regimes de conhecimento, processos e modos de fazer, bem como um tipo de objetividade que se apropria tanto da semelhança quanto da diferença (CUNHA, 2009; EVARISTO, 2008).

Em uma segunda direção, temos o reconhecimento da universidade como espaço de atuação e reprodução do racismo e sexismo epistêmicos, o que demarca o privilégio cognitivo voltado a certo perfil de sujeitos (homens e ocidentais) e que permite inferiorizar e descredenciar saberes advindos de outras ontologias e, sobretudo, definir os critérios de verdade (GROSFOGUEL, 2016). Tal estado de coisas, que dotou o homem ocidental de uma espécie de superioridade cognitiva, é fruto de um processo histórico no qual operaram múltiplos genocídios epistêmicos, a partir do século XVI, e que ainda hoje conformam as bases da estrutura global de conhecimento. Na argumentação do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, tais epistemicídios criaram as condições para a estrutura das universidades ocidentais modernas, assentadas na díade racismo-sexismo epistêmico, e que se expressam pela via dos mecanismos institucionais universitários (GROSFOGUEL, 2016),



alimentando, portanto, os seus sistemas teórico, metodológico e pedagógico.

Sendo a universidade a casa da ciência por excelência, como causa e efeito de sua centralidade nessas instituições, uma legião de ontologias e seus respectivos saberes foram historicamente apartados destes espaços. Quando o desafio é descolonizar o conhecimento, é justamente para esses sujeitos epistêmicos, e nesse caso em particular para as mulheres negras detentoras de conhecimentos de enorme relevância para as vidas não só de suas comunidades, mas para a sociedade como um todo, que miramos o olhar. Faz-se, ainda, relevante destacar as potencialidades do espaço on-line para a formação humana, mostrando-nos que as ações educacionais desenvolvidas neste formato também carregam intencionalidades pedagógicas e podem propiciar momentos de diálogos, de vivências a partir de outras linguagens, de participação e de aprendizagem, aspectos fundamentais aos projetos de extensão universitária.

Esta experiência extensionista tomou como referência o princípio da “Dialogicidade”, base para a Educação Popular (FREIRE, 1992), o que possibilitou o estabelecimento de relações com a marca da horizontalidade e criou condições para o compartilhamento de saberes e vivências entre as integrantes das comunidades, da Universidade Federal da Bahia e da Rede Cáritas. Nesse sentido, foi possível estabelecer um diálogo entre a universidade e seus saberes científico-acadêmicos e os saberes não científico-acadêmicos, mas com valor heurístico, sobretudo quando se trata do campo da saúde, cuja hegemonia da cientificidade é evidente. Tão importante quanto a produção de espaços de diálogos inter-racionalidades é refletir criticamente acerca de seus processos e efeitos.

Assim, na perspectiva do referencial teórico utilizado, bem como da experiência das docentes coordenadoras do projeto, o diálogo entre a ciência e os saberes não científicos não pode nem deve se fazer confundir com qualquer espécie de negacionismo da ciência e sua legitimidade. Longe disso, compreendemos que tal diálogo, sobretudo com saberes que ancestralmente sustentam as práticas de cuidados de diversas comunidades humanas, aponta para um reconhecimento intrínseco dos limites da ciência e da copresença de uma diversidade epistêmica que precisa ser considerada, sobretudo pelos futuros profissionais da saúde em seu processo de formação. Sem dúvida, esta é uma tarefa a ser enfrentada coletivamente e não apenas entre professoras, pesquisadoras e estudantes, mas sobretudo no diálogo com a comunidade em geral, com o mundo que rodeia a universidade e os sujeitos epistêmicos externos a ela. É preciso, pois, compreender a instituição universitária como um território em constante disputa, no qual a circulação de saberes pressupõe também estruturas de poder-saber, literalmente delimitando aquilo que se pode ou não conhecer no contexto da universidade. Nesse sentido, esta atividade de extensão teve como objetivo abrir espaço para que estes saberes e fazeres dialoguem com os saberes acadêmicos e científicos em



saúde, ampliando, portanto, a diversidade epistemológica neste campo. Como um dos desafios dessa experiência, destacamos a importância desses saberes ocuparem não apenas os espaços da extensão universitária, mas também os espaços de ensino e pesquisa - tomando-se como base as experiências dos mestres e mestradas de saberes - como os desenvolvidos pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fluminense (UFF), do Sul da Bahia (UFSB) e do Rio de Janeiro (UFRJ) (CARVALHO; COSTA, 2020).

#### 4 Considerações finais

Nossa aposta, ao desenvolver e realizar esta atividade extensionista, foi construir possibilidades para a interlocução entre o saber científico e outras formas de conhecimento, e assim fortalecer uma perspectiva de ciência mais dialógica e aberta ao debate interepistêmico, mas também reconhecer a validade intrínseca dos saberes tradicionais e populares para o bem viver de suas comunidades. Deste modo, compreendemos como sendo de grande relevância que as graduações da área da saúde na universidade pública brasileira, pelo compromisso social que lhe é intrínseco, possam promover oportunidades e espaços de diálogo com abertura ontológica e epistêmica que revelem a diversidade e a multiplicidade de perspectivas sobre a saúde, a doença e o cuidado, reforçando a necessidade de se promover aprendizagens mediadas pela copresença dos saberes populares, tradicionais e aqueles produzidos pela universidade.

Uma formação universitária autêntica só pode acontecer quando estamos convencidos que outros tipos de conhecimentos são tão positivos e valorativos quanto aqueles advindos do cânone científico. E alcançar esse patamar seja talvez o grande desafio para as universidades, sobretudo pela desconcertante tarefa (para alguns) de se propor a compreender os saberes tradicionais e populares. O padrão colonial moderno só alcança a sua plenitude ontológica quando equiparado a referências universais, daí o problema da alteridade e a necessidade invasora de se minimizar ou neutralizar qualquer idiossincrasia.

Como contraposição, a resistência do conhecimento tradicional frente ao privilégio e à primazia do pensamento ocidental, se ampara em seus complexos e variados fundamentos epistemológicos. Entretanto, o amplo repertório dos saberes tradicionais é também arbitrado pela ciência dominante, como um campo pouco eficaz no plano prático e que não corresponde a exigências intelectuais. Assim, suas contribuições são reduzidas ao universo local, com pouco alcance universal.

E é nesse sentido que atividades de extensão, como esta ora apresentada, ou outras manifestações acadêmicas de integração entre saberes, provocam e transformam a “atitude





científica”, salientando seus limites e controvérsias. Quando misturados, saber científico e saber tradicional formulam um quadro rico, ambíguo e fascinante, que nos permite identificar a variedade de percepções e interpretações que regem os mundos da vida, ao tempo em que funcionam como arsenal dissidente contra esquemas coloniais de pensamento. Portanto, é rompendo com o monopólio do conhecimento científico que daremos o primeiro passo para reassentar a universidade como espaço democrático e emancipatório. A experiência com mulheres de comunidades negras rurais e quilombolas nos propõe transcender os esquemas intelectuais e acadêmicos, para afirmar uma identidade universitária solidária que se insere na paisagem local se opondo à exclusão para privilegiar a integração não subordinada.

---

### Referências

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira de; DIEGUES, Antônio Carlos. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COSTA, Samira Lima; CARVALHO, José Jorge. Processos de Transmissão: o ensino universitário e o encontro com mestras e mestres dos saberes tradicionais. In: MONTEIRO, Ana Claudia Lima. *Processos Psicológicos: perspectivas situadas*. Niterói: EdUFF, 2020, p. 28-57.

CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naif, 2009, p. 301-310.

DA SILVA, Ana Claudia. *Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão-TO*. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, 2019.

DURAND, Michelle; HEIDEMANN, Ivonete. Determinantes sociais de uma comunidade quilombola e a interface com a promoção da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 53, 2019.

EVARISTO, Conceição. Escrivivências da afro-brasilidade: história e memória. *Revista Releitura*, n. 23, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência serve também para as pessoas



pensarem. *Itaú Social*, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNANDES, Elionara et al. Prevenção do câncer do colo uterino de quilombolas à luz da teoria de Leininger. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, 2018.

FERNANDES, Saulo; GALINDO, Dolores; VALENCIA, Liliana. P. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. *Psicologia em Estudo*, 2020.

FERREIRA, Maria; EITERER, Carmem; MIRANDA, Shirley. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista de Estudos Feministas*, 28 (3), 2020.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Camilla. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas*, v.18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado* (Brasília), p. 25-49, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Coleccion Sur-Sur, Clacso, 2005.

MENESES, Maria Paula. “Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada”: para uma concepção emancipatória da saúde e da medicina. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZ e SILVA, Teresa (org.). *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*. Maputo: CFJJ, 77-110, 2013.

OLIVEIRA, Maria; MORAES, Jessica. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. *Revista APS*. p. 412-20, 2010.

PRATES, Lisie et al. “Vem passando de geração para geração”: as práticas de cuidados de mulheres quilombolas. *Revista de Enfermagem da UFSM*, [S. 1.], v. 9, p. 40, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: BONILLA, Heraclio. (org.). *Los conquistados*. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones, Flacso, 1992.

RIBEIRO, L. S et al. Cultura e saúde: desvelando o autocuidado entre mulheres quilombolas. *Revista Saúde Coletiva*, (10) n. 58, 2020.



SACRAMENTO, Elionice Conceição. *Da diáspora ao território das águas*. Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira de quilombola Conceição de Salinas-BA. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, 2019.

SANTOS, Amanda *et al.* Comunidade quilombola: aspectos relativos à saúde da mulher no Nordeste brasileiro. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 5228-5242. jan. 2022.

SILVA, Ingrid *et al.* Comportamentos relacionados com a saúde de mulheres quilombolas: um estudo de representações sociais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S. l.], v. 73, n. Suppl 4, 2020.

SILVEIRA, Daniela *et al.* Implicações da cultura no cuidado da equipe de saúde da família em uma comunidade quilombola. *Revista Enfermagem*, [S. l.], v. 23, n. 5, p. 622–626, 2015.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. *Revista Entramados - Educación Y Sociedad*. Año 1 n. 1, p. 17-3, 2014.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luis Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 83, 2018.

WEITZEMAN, Rodica (coord.) *Educação popular em segurança alimentar e nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero*. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, p. 63-4, 2008.

